

Resenha crítica do livro

O Leviatã, Thomas Hobbes

Marianna Fernandes Batista Silva

O Leviatã – Thomas Hobbes

“Leviatã” foi a obra-prima do autor inglês Thomas Hobbes, escrita em 1651, em meio a um contexto político conturbado. A Inglaterra passava por uma guerra civil, e a figura Oliver Cromwell se destacava na busca pelo poder. Sob a liderança do puritano, o país deixou de ser monarquia e passou a viver sob um regime republicano. O Leviatã foi muito influenciado por este quadro de instabilidade e conflitos. O livro é dividido em 4 partes, selecionadas pela temática, de modo a torná-lo mais didático.

A primeira parte, denominada “Do Homem”, trata sobre a figura humana sob uma perspectiva mais filosófica, traz à tona as sensações e as explica e exemplifica. Além disso, os primeiros aspectos sobre a vida do homem em sociedade são discutidos. Na guerra de todos contra todos é onde se inicia o debate principal que fundamenta a obra hobbesiana, e é isso que vai justificar a questão contratualista, base para a posterior concepção de Estado que o autor defende.

Hobbes diz que o homem, devido a sua postura competitiva, controladora (e até mesmo utilitarista) tende a entrar em atrito com os outros indivíduos, o que gera uma constante guerra entre a humanidade. Assim, o “Direito de Natureza” é posto em prática, e cada indivíduo poderia usar a força para defender sua vida. E assim, tem-se a definição de “Homem Natural”: o ser em sua natureza bruta, sem “lapidações sociais”, selvagem, competitivo, possessivo e capaz de matar para se defender.

Ainda nessa primeira parte, Hobbes explica que para que o estado de equilíbrio pela paz fosse alcançado, seria necessária a concessão dos “Direitos

de Natureza” em prol de um único homem ou assembleia que tomaria o poder e garantiria a segurança de todos. Desta maneira, nasce o conceito de “Homem Artificial”.

De acordo com o autor, a socialização humana seria fruto do pacto social, ou seja, a necessidade pela paz e proteção fez com que mulheres e homens passassem a viver em comunidades. Assim, o “Homem Artificial” seria o indivíduo que passou a viver em sociedade e cedeu parte de seus direitos de defesa para o Estado, além de aceitar seguir as leis desta instituição. Desse modo, o autor defende a ideia de pacto: a sociedade como um todo concederia todos os seus direitos naturais a um ser ou conjunto de seres humanos que concentrariam todo o poder e defenderiam os interesses do grupo, e isso originaria o Estado, que o autor denomina de Leviatã.

A figura do Leviatã incorporada à obra é baseada no Leviatã bíblico, que é citado pela primeira vez no livro de Jó. De acordo com as escrituras sagradas, o Leviatã seria um monstro ou demônio apocalíptico que assolaria o mundo no fim dos tempos. Hobbes toma a ideia da bestialidade para incorporá-la ao princípio de Estado: os indivíduos estariam submetidos ao pacto com este monstro (Estado), e ele os representaria, e todas as suas ações seriam de responsabilidade da sociedade, pois, foi a população quem concedeu o poder para a criatura bestial. Tal besta, porém, também garantiria o cumprimento do código de conduta para a manutenção da paz: caso alguém infringisse alguma das leis estabelecidas para a vida em sociedade, teria sua vida tirada pela criatura maligna e, caso contrário, se as leis fossem cumpridas, ele deixaria sua barbaridade e assumiria forma humana.

O pensador defende a ideia de uma monarquia absolutista, pois acredita que, desta forma, os interesses públicos coincidiriam com os privados, e isso facilitaria a vida dos súditos, e assim, a paz seria alcançada. É interessante para o governante absoluto que o povo esteja em harmonia para que o reinado ocorra tranquilamente, sem questionamentos, conflitos ou motins.

O direito de propriedade em Hobbes é exclusivo ao monarca soberano, e a distribuição de terras também é feita por ele. Devido a esse fato, o pensador puritano sofreu duras críticas advindas da burguesia em ascensão, visto que a época era renascentista.

É interessante salientar, também, que o que faz do Leviatã um clássico é a sua "imortalidade", mesmo com o passar do tempo. A perspectiva de caos social e ausência de governabilidade devido ao "Direito de Natureza" podem

ser relacionadas à atual conjuntura política brasileira: o país passa por uma crise que não se restringe aos âmbitos político e econômico, mas, também, moral e de representatividade. O quadro de desconfiança do povo brasileiro em relação aos seus representantes é semelhante à desconfiança do "Homem Natural" em relação aos outros indivíduos, inimigos em potencial. Devido à crise moral, a sociedade permanece agitada, e o sentimento de ameaça é uma constante.

Na segunda parte do livro, "Do Estado", o autor descreve como seria o Estado Leviatã em sua perspectiva. Sendo assim, o Estado do ponto de vista de Hobbes possui algumas máximas como: a inviolabilidade (a falta de contestação e a total submissão ao poder soberano); a soberania absoluta, onde o soberano detém o poder de decisão em todos os aspectos: militar, econômico e político (seleção e escolha de funcionários e cargos); o pressuposto que a rebelião leva à discórdia e a discórdia potencialmente pode levar à guerra, acarretando assim no retrocesso ao Estado onde prevalece o direito natural; o direito a propriedade é concedido mediante a submissão as leis civis; a preservação da paz civil e do direito fundamental de todos os homens, o direito à vida; as recompensas e punições são previamente estabelecidas por lei. Dessa forma, seja qual for a forma de governo instituída, o Estado surge para satisfazer o desejo dos homens de sair daquela mísera condição de guerra, que é existente quando não se a um poder visível capaz de mantê-los em respeito.

Segundo Hobbes, existem apenas três tipos de estados: monarquia, aristocracia e democracia. *"Quando o representante é um só homem, o governo chama-se monarquia. Quando é uma assembleia de todos os que se uniram, é uma democracia, ou governo popular. Quando é uma assembleia apenas de uma parte, chama-se lhe uma aristocracia. Não pode haver outras espécies de governo, porque o poder soberano inteiro tem que pertencer a um ou mais homens, ou a todos."* Sendo a tirania, a oligarquia e a anarquia apenas termos usados por opositores para se referir a monarquia, a aristocracia e a democracia de forma pejorativa. Para Hobbes apesar dos perigos do demasiado poder que é instituído na criação do estado através do contrato social, a ausência desse poder remete a condição caótica de guerra, onde todos os homens guerreiam entrem si para assegurar o direito natural que lhes é particular. Ou seja, embora seja possível imaginar muitas más consequências de um poder tão ilimitado, apesar disso as consequências da falta dele, isto é, a guerra perpétua de todos os homens com seus vizinhos, são muito piores. Para este autor, a monarquia é a melhor das formas de governo por conta do

potencial de "corruptibilidade" que as demais apresentam. Entretanto, ele afirma que "A diferença entre essas três espécies de governo não reside numa diferença de poder, mas numa diferença de conveniência, isto é, de capacidade para garantir a paz e a segurança do povo, fim para o qual foram instituídas", sendo assim todas as formas são válidas se as mesmas conseguirem promover a paz, a ordem e a segurança nacionais.

Por fim, na terceira e quarta parte, Hobbes aborda o Estado Cristão. O autor inglês e protestante vivia na Europa durante uma época turbulenta de concorrência entre o parlamento e o rei absolutista pelo poder, isso ainda era intensificado pelas disputas religiosas. Ele rejeitava a legitimidade de uma única autoridade como intérprete oficial da vontade divina. A falta de autoridade requeria a existência da intervenção do Estado sobre a religião e acarretava na impossibilidade de usar a Bíblia como lei.

Dessa forma, chamo atenção para o fato de que o absolutista Hobbes defende atitudes mais democráticas na Igreja que no Estado. Na maior parte do *Leviatã*, dedicada a assuntos religiosos, visava a limitar o poder das facções religiosas na esfera política inglesa, argumentando o poder do Estado sobre a religião.

O trabalho feito por Thomas Hobbes deixou claro sua visão política, sendo conceituada como contratualista e defensor do absolutismo. Como já mostrado, ele possuía uma visão cética e racional, em relação ao o homem e sua natureza sociável.

Portanto, através da leitura dessa obra concluímos que o autor Thomas Hobbes, parte do princípio que o homem é mau por natureza, e por isso, vivemos em constante estado de guerra, de todos contra todos. Sofrendo com essas relações: o temor, o pavor, o pânico a população cria o Estado, a sociedade civil organizada, para só assim os direitos e a segurança das pessoas serem assegurados. O Estado cria o pensamento de propriedade, daquilo que é meu e aquilo que é seu, tanto é, que no mundo contemporâneo, esta é uma ideia tão fixa na mente de todos, que se, acharmos um objeto esquecido em algum lugar, iremos nos perguntar de quem é, e se por acaso alguém quiser tomar para si, terá o olhar como diz Michael Foucault, em *Vigiar e Punir*, o olhar fixo, direto, moralista, de que pode estar furtando algo que não é de sua propriedade. E é assim que essa obra se torna importante, pois fala sobre atitudes reais humanas, que atravessou séculos.

Além disso, o pensamento hobbesiano revela nossos instintos, nosso etnocentrismo, nossas paixões, nossos desejos e, principalmente, a veracidade com que lutamos para conseguir o que queremos, passando por cima de tudo, tornando a obra de Hobbes muito mais real e verdadeira, bem mais do que moralista, clara e concisa. Outro ponto interessante é o fato de como criamos um mediador, que é o Estado, que não é ser humano, mas é representado pelo mesmo, e, por conseguinte carregado de valores, credo, moral e ética.

Acredito que o autor tinha ideias bastante complexas para a época. Visto que pouquíssimas pessoas tinham acesso à educação, ele soube aproveitar bastante à oportunidade que teve. Seu pensamento político inovou em relação as demais teorias de pensadores do seu tempo, uma vez que o absolutismo defendido por ele não deriva de um direito divino, ele nasceria de um pacto. Hobbes é diferente dos demais, justamente pela sua explicação para o Estado diferenciado, uma vez que ele parte do Estado Natural dos homens para justificar a necessidade e a importância do Estado.

Concordo com suas ideias referentes à natureza do homem, diferentemente das ideias propostas pelos outros contratualista (Rousseau e Locke), Hobbes define o homem como ele realmente é.

Por fim, acredito que Thomas Hobbes conseguiu ser bem influente com sua obra, influenciando diversas áreas, como Direito, Ciência Política, Relações Internacionais. Conhecido por mostrar o que é e não o que deveria ser e por ter uma obra atemporal.